

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO N.º DE 2010

(Do Sr. Deputado Dimas Ramalho)

Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discussão sobre a normatização de critérios para política de remuneração de administradores e empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para a discussão de critérios para política de remuneração de administradores e empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; o Senhor Fabio Colletti Barbosa, Presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e o Professor Antonio Delfim Netto.

JUSTIFICAÇÃO

O Banco Central do Brasil colocou em audiência pública, pelo prazo de 90 dias, uma proposta de Resolução sobre a política de remuneração de administradores e empregados de instituições financeiras.

A iniciativa é inédita e busca alinhar a legislação brasileira à internacional depois da crise econômica-financeira vivida nos últimos dois anos em todo o mundo. A idéia é simples. Após o auxílio financeiro que governos do mundo todo deram a essas instituições, aumentaram os controles sobre as atividades do sistema bancário. Desde o início, um dos pontos que gerou mais críticas foi a remuneração variável – em certos casos milionárias - paga aos executivos do setor financeiro. Diante deste quadro, os países do G-20 assumiram o compromisso, em reunião em abril do ano passado, em Londres, na Inglaterra, e, em setembro, em Pittsburgh, nos EUA, de adotar uma estratégia coordenada de padrões de regulação prudencial para gestão de riscos das economias nacionais. A Resolução, nesse sentido, busca adequar este compromisso a realidade brasileira.

Sendo assim, discutir esta proposta é de fundamental importância pois significa não só a adequação a um compromisso internacional assumido por nosso país, mas, principalmente, a possibilidade estabelecer critérios mais objetivos de governança bancária alinhadas com os objetivos de desenvolvimento de nosso país.

A discussão nesta Comissão faz-se pertinente tendo em vista o seu campo temático: economia popular e repessão ao abuso do poder econômico.

Sala das Comissões, em de de 2010.

Deputado DIMAS RAMALHO
PPS/SP